

AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO: 6.5 (6e) - A ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS A MELHORAR O AMBIENTE URBANO, A REVITALIZAR AS CIDADES, RECUPERAR E DESCONTAMINAR ZONAS INDUSTRIAIS ABANDONADAS, INCLUINDO ZONAS DE RECONVERSÃO, A REDUZIR A POLUIÇÃO DO AR E A PROMOVER MEDIDAS DE REDUÇÃO DE RUÍDO

AVISO N.º CENTRO-16-2017-49

Recuperar as infraestruturas básicas municipais afetadas pelos incêndios com início no passado dia 17 de junho de 2017, nos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertão na Região Centro

DOMÍNIO SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

(28 DE JULHO DE 2017)

Índice

Preâmbulo.....	3
1. Objetivos e prioridades de investimento visadas	3
2. Tipologia das operações e ações	4
3. Entidades beneficiárias	4
4. Área geográfica de aplicação	5
5. Condições específicas de acesso deste aviso	5
6. Regras e limites à elegibilidade de despesas.....	5
7. Taxas de financiamento	7
8. Forma e limites dos apoios.....	7
9. Obrigações dos beneficiários.....	7
10. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas.....	8
11. Limite ao número de candidaturas.....	8
12. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas.....	8
13. Aceitação da decisão.....	9
14. Dotação indicativa do fundo a conceder	9
17. Programas Operacionais Financiadores.....	11
18. Divulgação de resultados e pontos de contacto.....	11
Anexo A - Documentação obrigatória para instrução da candidatura simplificada	12

Preâmbulo

Deflagraram incêndios de grandes dimensões, com início no passado dia 17 de junho de 2017, que afetaram de modo mais significativo os concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã, com consequências trágicas e que originaram um conjunto de danos e prejuízos em diversas áreas, incluindo em infraestruturas públicas.

Neste enquadramento, foi apresentada uma proposta de reprogramação do PO Centro à Comissão Europeia para inclusão, a título excecional, do apoio à **recuperação das condições pré-existent das infraestruturas públicas** afetadas pelos incêndios, de forma a prestarem às populações os serviços públicos básicos.

Este Aviso de Abertura de Concurso foi elaborado ao abrigo do n.º 7 do artigo 16.º do **Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, tendo como enquadramento um pedido de alteração submetido à Comissão Europeia pelo Programa Operacional Regional do Centro, nos termos do artigo 30.º do Reg.(CE) n.º1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, visando a introdução das tipologias de ação a contemplar no presente concurso.

1. Objetivos e prioridades de investimento visadas

A apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso tem como objetivo financiar a recuperação das infraestruturas públicas diretamente afetadas pelos incêndios com início no dia 17 de junho de 2017 nos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã, no quadro da Prioridade de Investimento 6.5 “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído” do Eixo 7 do PO do Centro.

2. Tipologia das operações e ações

2.1. Elegíveis

São suscetíveis de apoio as operações destinadas a recuperar as condições pré-existentes das infraestruturas básicas municipais afetadas devido aos danos provocados pelo incêndio identificado no ponto 1., nomeadamente:

- a) Reabilitação de estradas municipais, diretamente afetadas pelo incêndio, para reposição das condições pré-existentes, nos troços circunscritos, territorial e financeiramente, às áreas dos municípios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Sertã, Pampilhosa da Serra, Góis e Penela;
- b) Arruamentos urbanos;
- c) Segurança rodoviária (guardas de segurança, sinalética, placas toponímicas);
- d) Edificações e construções municipais (pavilhões diversos e um heliporto), excluindo edifícios de serviços públicos;
- e) Viaturas e outros veículos municipais de uso específico de atividades de apoio às populações;
- f) Equipamento urbano complementar (abrigos de passageiros, luminárias, papelarias, contentores de lixo);
- g) Sistema público de distribuição de água (recuperação de reservatórios de água, substituição de contadores, consolidação de ruturas);
- h) Equipamento municipal de lazer e infraestruturas de natureza pública de apoio ao turismo (parques infantis, de merendas e percursos pedestres, campo de futebol - relva e vedações).

2.2. Não Elegíveis

Não são suscetíveis de apoio as operações destinadas a recuperar caminhos rurais e estradões florestais.

3. Entidades beneficiárias

Os beneficiários dos apoios previstos no presente Aviso de Abertura de Concurso são os Municípios afetados pelos incêndios e que cumpram com os critérios de acesso, elegibilidade e de seleção a seguir enunciados.

4. Área geográfica de aplicação

Os beneficiários do presente Aviso de Abertura de Concurso têm de estar localizados nos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã e dentro da área geográfica ardida delimitada pela CCDRC no âmbito do [“Relatório de Incêndios na Região Centro, 17 a 21 de junho de 2017”](#).

5. Condições específicas de acesso deste aviso

Para além dos critérios específicos de elegibilidade dos beneficiários e dos projetos, previstos nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, no presente Aviso de Abertura de Concurso deve ser observado o seguinte:

- a) Os municípios têm de demonstrar o nexo de causalidade direta entre o desastre natural e os danos sofridos;
- b) Respeitar as tipologias de operações previstas no presente aviso de concurso;
- c) Dispor dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;
- d) Apresentar uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;
- e) Incluir indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos;
- f) As operações não podem estar materialmente concluídas ou totalmente executadas antes da apresentação da candidatura, nos termos do previsto no ponto 6 do artigo 65º do Regulamento (UE) N° 1303/2013 de 17 de dezembro de 2013.

6. Regras e limites à elegibilidade de despesas

6.1. Despesas Elegíveis

São elegíveis as seguintes despesas:

- a) Realização de estudos, planos, projetos, atividades preparatórias e assessorias ligadas diretamente à operação;
- b) Trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia;

- c) Aquisição de equipamentos;
- d) Aquisição de viaturas;
- e) Fiscalização e coordenação de segurança e assistência técnica;
- f) Testes e ensaios;
- g) Revisões de preços decorrentes da legislação aplicável e do contrato até ao limite de 5% do valor elegível dos trabalhos efetivamente executados;
- h) Outras despesas necessárias à execução da operação, desde que sejam especificamente discriminadas, justificadas e aprovadas pela Autoridade de Gestão.

São elegíveis despesas realizadas pelas entidades beneficiárias a partir do dia 20/7/2017 (data de entrega do pedido de reprogramação).

6.2. Despesas não elegíveis

Constituem despesas não elegíveis:

- a) Aquisição de equipamento em segunda mão;
- b) Despesas de funcionamento e manutenção das infraestruturas;
- c) Prémios, multas, coimas, sanções financeiras e despesas com processos judiciais;
- d) Encargos financeiros (juros devedores, ágios, despesas de câmbio e outras despesas financeiras);
- e) Despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante cofinanciado ou das despesas elegíveis da operação;
- f) Imposto sobre o valor acrescentado recuperável, ainda que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário.
- g) Despesas relativas a trabalhos/serviços a mais, salvo se for demonstrado o cumprimento integral da legislação nacional e comunitária aplicável;
- h) Despesas que não sejam consideradas adequadas tendo em conta a sua razoabilidade face às condições de mercado;
- i) Intervenções de reconversão que alterem o uso das infraestruturas cofinanciadas há menos de 10 anos.

7. Taxas de financiamento

As despesas elegíveis identificadas no ponto anterior podem ser financiadas pelo FEDER, a uma taxa de 85%.

8. Forma e limites dos apoios

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

O apoio a conceder deve ser calculado tendo em consideração a eventual existência de seguros.

Para as mesmas despesas elegíveis os apoios concedidos ao abrigo do presente Aviso não são acumuláveis com outros apoios públicos.

9. Obrigações dos beneficiários

Para além das obrigações previstas do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, os beneficiários devem:

- a) Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para a monitorização da execução, o acompanhamento, a avaliação de resultados, o controlo e a auditoria;
- b) Comunicar às entidades competentes as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do projeto;
- c) Não afetar a outras finalidades, locar, alienar ou, por qualquer outro modo, onerar os bens e serviços adquiridos no âmbito da operação apoiada, sem prévia autorização da entidade competente para a decisão, durante o período que venha a ser definido na formalização da concessão do apoio;
- d) Manter a situação regularizada perante a entidade pagadora do apoio;
- e) Cumprir os normativos em matéria de contratação pública em vigor relativamente à execução dos projetos;
- f) Manter o investimento afeto à respetiva atividade e na localização geográfica definida na operação nos cinco anos seguintes ao pagamento final.

10. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas são os constantes dos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro.

A seleção das candidaturas será efetuada em contínuo.

A decisão fundamentada sobre o financiamento a atribuir às candidaturas é proferida pela Autoridade de Gestão do PO Centro.

A competência de análise das candidaturas e o respetivo acompanhamento é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do PO Centro.

A não apresentação pelo candidato dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, no prazo de 10 dias úteis, significa a desistência da candidatura.

Serão objeto de seleção as candidaturas consideradas elegíveis em matéria de enquadramento do beneficiário e do projeto, até ao limite da dotação prevista no ponto 14.

Não existindo cálculo do mérito do projeto, será considerada a ordem de submissão do formulário para hierarquização das candidaturas.

Em caso de empate, será considerado a maior dimensão financeira da operação.

11. Limite ao número de candidaturas

Cada Município apenas poderá apresentar uma candidatura por cada tipologia de investimento previamente sinalizada no “Relatório de Incêndios na Região Centro, 17 a 21 de junho de 2017” e identificadas no ponto 2.1. Não serão admitidas candidaturas que abranjam mais do que 1 tipologia de investimento.

12. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o

beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020. A candidatura deverá igualmente ser instruída com a documentação obrigatória constante do Anexo A a este aviso ou, em alternativa, deverá ser indicado o respetivo *link* de acesso.

A apresentação de candidaturas decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente Aviso e as 18H00 do dia 18 de agosto de 2017.

A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do correspondente formulário no Balcão 2020.

13. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do apoio é feita mediante a assinatura do termo de aceitação ou contrato, nos termos do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro. De acordo com este artigo, a aceitação do apoio poderá ser submetida eletronicamente e autenticada nos termos do artigo 11º do referido Decreto-Lei.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação ou contrato no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao beneficiário e aceite pela Autoridade de Gestão.

14. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação indicativa FEDER a alocar ao presente aviso é de 14.000.000€ (catorze milhões de euros).

15. Pagamentos ao beneficiário

Sem prejuízo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, os pedidos de pagamento são apresentados pelo beneficiário no Balcão Portugal 2020, podendo ser efetuados de acordo com as seguintes modalidades:

a) Adiantamento inicial - com a celebração do termo de aceitação poderá ser concedido um adiantamento no montante equivalente a 25% do incentivo aprovado;

O adiantamento inicial deve ser deduzido aos adiantamentos e reembolsos previstos nas alíneas seguintes:

b) Adiantamento contra fatura - pagamento do incentivo contra a apresentação de despesas de investimento elegíveis faturadas e não liquidadas, ficando o beneficiário obrigado a apresentar, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de pagamento do adiantamento, os comprovativos do pagamento integral da correspondente despesa;

c) Reembolso - de montante correspondente ao financiamento das despesas elegíveis realizadas e pagas pelo beneficiário;

A soma de todos os pagamentos não poderá ultrapassar 95% do incentivo aprovado ou apurado em função do grau de execução do projeto;

d) Saldo - o reembolso do saldo final que vier a ser apurado.

16. Identificação dos indicadores de realização e de resultado a alcançar

Prosseguindo a orientação para resultados, é objeto de contratualização e monitorização o contributo para os seguintes indicadores:

Indicadores de realização do PO	Indicadores de resultado do PO
Infraestruturas municipais recuperadas (n.º)	Nível de reposição das infraestruturas municipais recuperadas (%)
Estradas e caminhos municipais recuperadas (km)	

17. Programas Operacionais Financiadores

O cofinanciamento das candidaturas a apoiar no âmbito deste aviso de concurso é assegurado pelo Centro 2020.

18. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal do Centro 2020 (www.centro2020.pt) e no Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) os candidatos têm acesso a:

- a) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora.
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso.
- c) Pontos de contato para obter informações adicionais.
- d) Resultados deste concurso.

Coimbra, 28 de julho de 2017

A Presidente da Comissão Diretiva do Programa
Operacional Regional do Centro

Ana Abrunhosa

Anexo A - Documentação obrigatória para instrução da candidatura simplificada

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:
 - a) Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no aviso de concurso.
 - b) Descrição da candidatura e dos seus objetivos com demonstração do nexo de causalidade direta entre o desastre natural e os danos sofridos.
 - c) Calendário de realização física e financeira.
 - d) Caracterização técnica e fundamentação dos custos de investimento. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável (modelo em anexo ao presente aviso).
 - e) Ponto de situação dos procedimentos de contratação pública.
2. Peças escritas e desenhadas indispensáveis para efeitos de localização e caracterização do tipo de intervenção, acompanhadas de informação técnica dos serviços camarários, nos termos do RJUE, que comprove a observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, incluindo extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM.
3. Licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável. Nos casos em que não existam à data de submissão da candidatura, admite-se a sua apresentação em fase posterior e no limite até à apresentação do relatório final.
4. Documentação comprovativa da propriedade ou legitimidade para intervenção nos terrenos ou edifícios necessários à concretização da candidatura (incluindo planta com a identificação das respetivas parcelas).
5. Comprovativo da inscrição em Plano e Orçamento aprovado e devidamente assinado da totalidade dos investimentos propostos, podendo nos casos em que ainda não exista ser substituída por declaração de compromisso.
6. Checklists de verificação dos procedimentos contratuais já concluídos (modelo em anexo ao presente aviso), com upload dos respetivos documentos de suporte no módulo de contratos do Balcão2020, aplicáveis à fase em que se encontram os mesmos, disponível após submissão da candidatura.
7. Checklists de verificação das Regras Ambientais e de Igualdade de Oportunidades e da Não Discriminação (modelo em anexo ao presente aviso).
8. Declaração de Compromisso do TOC/ROC/Responsável Financeiro (modelo em anexo ao presente aviso).
9. Declaração de Compromisso do Beneficiário (modelo em anexo ao presente aviso).